

Capitalização para valor que excede o teto do INSS

■ A PEC do governo Bolsonaro exige ainda que estados e municípios criem, no prazo de dois anos, uma previdência complementar — a exemplo da Funpresp (para servidores da União que entraram no setor público a partir de 2013). O Estado do Rio de Janeiro já tem: trata-se do RJPrev.

Essa previdência complementar funciona pelo modelo de capitalização, mas ainda assim é um sistema solidário. Tanto a Funpresp quanto o RJPrev bancam os valores que excedem o teto do INSS, que atualmente é de R\$ 5.839,45.

Por exemplo, no Rio, o aposentado que ganha acima desse teto recebe parte de sua aposentadoria pelo Rioprevidência — apenas

o valor abaixo de R\$ 5.839,45 —, e o restante vem pela previdência complementar.

Ainda no âmbito das mudanças estruturais propostas pelo texto, os servidores públicos questionam a falta de regras de transição para quem ingressou no setor público antes de 2004, que é o grupo com direito à integralidade e à paridade.

Presidente do Fórum das Carreiras Típicas de Estado (Fonacate), Rudinei Marques coloca este ponto como um dos mais problemáticos. Ele também critica a alíquota progressiva, e diz que há jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) impedindo essa medida. "É inconstitucional. Ainda vamos estudar quais instrumentos jurídicos devemos utilizar, mas essa reforma do jeito que está é inviável".

Marques diz que as categorias

que compõem o Fonacate se reunirão na próxima semana para elaborar emendas ao texto. A ideia é colher as assinaturas necessárias para que os aditivos à proposta sejam apresentados no plenário, e possivelmente recebam aval da maioria dos parlamentares. "Na terça-feira convocamos assembleia e vamos definir as emendas. Precisaremos colher 171 assinaturas para que sejam apresentadas", explicou.